

## **FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – FONEC**

### **NOTA TÉCNICA SOBRE O PROGRAMA “PROJOVEM CAMPO - SABERES DA TERRA”**

Criado para se constituir num instrumento de fortalecimento e defesa do protagonismo dos camponeses na realização de iniciativas pedagógicas e na interlocução com Estado, tendo em vista o debate e construção de políticas públicas que assegurem o reconhecimento da diversidade e do correspondente direito a uma educação diferenciada aos povos do campo, o Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC assume como seu objetivo precípua o exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca de políticas públicas de Educação do Campo, bem como a ação política com vistas à implantação, à consolidação e, mesmo, à elaboração de proposições de políticas públicas de Educação do Campo.

Nesta perspectiva, por meio da colaboração de pesquisadores das universidades, o FONEC tem elaborado análises críticas sobre os programas do Governo Federal para educação do campo, no intuito socializar informações e dispor de críticas sobre os mesmos aos membros do Fórum, suas organizações e redes de intervenção política.

Para os membros do FONEC, ainda que não possam ser considerados bastantes em termos da ação do Estado para caracterizar uma política pública estrutural e diferenciada, os programas governamentais são de alta importância aos objetivos dos povos do campo em luta por sua própria emancipação. Ademais, o FONEC reconhece certos programas já existentes na área da Educação do Campo, no âmbito do Governo Federal, como importantes ações no sentido do cumprimento do direito a que esses povos fazem jus; mormente, aqueles programas criados a partir da demanda e do diálogo direto com os sujeitos organizados desse campo de luta. Destaque-se, neste sentido, como mais visíveis, o PRONERA, o PROJOVEM Campo – Saberes da Terra e o PROCAMPO (formação inicial de professores, licenciatura). Nesses casos, o FONEC não só defende sua permanência no escopo do Governo até quando necessários, como também reivindica a ampliação com vistas a atender toda a demanda existente no menor tempo possível; daí, a expectativa por um PRONACAMPO amplo e democrático.

Entretanto, como condição absoluta para a busca da qualidade socialmente referenciada, esses programas precisam ser criticados a partir da visão dos sujeitos destinatários; isto é, para além das eventuais e necessárias avaliações patrocinadas pelo próprio MEC e/ou da ação dos órgãos de controle do Estado, os movimentos e organizações que compõem o Fórum devem livremente avaliá-los.

Nesse sentido é que, por meio da presente Nota Técnica, o FONEC apresenta sua análise crítica sobre o programa PROJOVEM Campo – Saberes da Terra (SECADI/MEC), buscando focar a descrição e análise do programa executado no período de 2008-2010. Assim, parte-se da informação sobre origem, objetivos, público atendido, rede de execução, proposta pedagógica e resultados alcançados para referendar análise crítica de modo a apresentar elementos que subsidiem e ajudem a fomentar o debate e reflexão sobre o referido programa entre os membros do FONEC e a sociedade mais ampla.

## **I. CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

### **i) Da Origem do Programa e seus Objetivos**

Instituído pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva como uma ação de Política de Educação do Campo, o “Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra” foi criado em maio de 2008, a partir da reformulação do Programa Saberes da Terra, executado como projeto piloto no período de 2005-2008.

A versão original do Programa foi constituída a partir de uma ação interministerial dirigida inicialmente pela Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/ MEC), tendo na direção a parceria da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério do Trabalho e Emprego. Além desses ministérios, em 2008, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, numa ação integrada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e com o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF), deu-se a reformulação que integrou o antigo Programa Saberes da Terra ao Programa Projovem, passando então a se chamar Projovem Campo Saberes da Terra.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, criado em 2005 ([Lei nº 11.129/2005](#)) e reformulado em 2008 ([Lei nº 11.692/2008](#)), visa "executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros reintegração ao processo educacional, qualificação profissional em nível de formação inicial e desenvolvimento humano" ([Decreto Nº 6.629/2008](#)). São objetivos do Projovem:

- I - complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária;
- II - criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional;
- III - elevar a escolaridade dos jovens do campo e da cidade, visando a conclusão do ensino fundamental, integrado à qualificação social e profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias; e
- IV - preparar o jovem para o mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas geradoras de renda. (Presidência da República, Cap I, Seção I, Art 3º, 2008).

Por meio [Lei nº 11.692/2008](#), o Projovem passou a ser constituído de quatro modalidades: o Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o Projovem Urbano, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República; o Projovem Trabalhador, gestado pelo Ministério do Trabalho e Emprego; e o Projovem Campo - Saberes da Terra, que incorporou a versão inicial do Programa Saberes da Terra e ainda coordenado pelo Ministério da Educação.

Em seus registros a CGEC/SECADI/MEC, reconhece as iniciativas pedagógicas dos movimentos e organizações sociais camponesas como inspiradoras da criação do programa, o que lhe remonta certa importância político-pedagógica como programa constituído desde uma base da educação popular e sindical:

"O projeto base do programa fundamenta-se, sobretudo, na LDBEN 9394/96, nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CEB/CNE) e nos acúmulos de propostas pedagógicas desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais do campo, como MST, FETRAF, CONTAG e CEFFA`s, dentre as quais merece destaque a metodologia da alternância" (MEC, 2010a).

O Projovem Campo Saberes da Terra tem declarado como seu **principal objetivo** o "desenvolvimento de políticas públicas de educação do campo e de juventude que oportunizem a jovens agricultores familiares excluídos do sistema formal de ensino, a escolarização em Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrado à qualificação social e profissional" (MEC, 2010b).

São declarados como objetivos específicos a serem alcançados: Elevar a escolaridade e proporcionar qualificação profissional inicial de agricultores familiares; Estimular o desenvolvimento sustentável como possibilidade de vida, trabalho e constituição de

sujeitos cidadãos do campo; Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas à modalidade de EJA no campo; Realizar formação continuada em metodologias e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo para os educadores envolvidos no Programa; Publicar e fornecer materiais pedagógicos apropriados ao desenvolvimento da proposta pedagógica; Estimular a permanência dos jovens na escola por meio da concessão de auxílio financeiro (MEC, 2010b).

## **ii) Do Instrumento legal que instituiu Projovem Campo Saberes da Terra**

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008. Parecer CNE/CEB nº1, de 03/04/2002. Resolução CD/FNDE nº 21, de 26 de maio de 2008 (substituída pela resolução CD/FNDE nº 45, de 14 de agosto de 2009). Resolução CD/FNDE nº 25/2008. (substituída pela Resolução CD/FNDE nº 46, de 24 de agosto de 2009, alterada pela Resolução CD/FNDE nº 66, de 28 de dezembro de 2009). Resolução CD/FNDE nº 37, de 15 de julho de 2009. Resolução CD/FNDE nº 68, de 28 de dezembro de 2009.

## **iii) Do Público Atendido e Metas**

Definiu-se como público do Programa Projovem Campo **jovens agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 29 anos**. Nesta definição se adenda outros elementos ao perfil do público, ser jovem atuante na agricultura familiar, residente no campo, que saiba ler e escrever e que não tenha concluído o Ensino Fundamental. Assim, são considerados agricultores familiares, os educandos que cumpram os requisitos do Art.3º da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.

Portanto, constituem o grande público atendido pelo Programa membros de comunidades agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, etc.

A faixa etária estipulada diferencia-se da faixa etária do Programa Saberes da Terra executado como projeto piloto no período de 2005-2008, que atendia educandos a partir dos 15 anos de idade sem limites para idade máxima.

Apesar da definição e delimitação do público considerando nova faixa etária, na prática em alguns estados isto foi desconsiderado e a faixa etária foi sendo ampliada para acima dos 29 anos por conta de demandas reais existentes em cada localidade, como no caso do Espírito Santo. Diante dos fatos, a própria CGEC/SECADI/MEC reconheceu que

a reformulação, em 2008, para atender apenas jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, acabou restringindo o alcance do programa, visto que há uma grande demanda acima dessa faixa etária. (MEC, 2010a)

Em relação a este fato, buscando ampliar a faixa etária do público beneficiário para jovens, adultos e idosos com 15 anos ou mais, a coordenação do Programa resolveu realizar paralelamente ao Projovem Campo um novo projeto piloto a partir de 2011, intitulado EJA Campo Saberes da Terra,

O PPA 2012-2015 precisa contemplar uma proposta de EJA Campo que atenda a esta lacuna. Em 2011 será iniciado, experimentalmente, uma ação nesse sentido, com educandos egressos do Programa Brasil Alfabetizado, adotando a mesma metodologia Saberes da Terra. (MEC, 2010a)

Entretanto, no contexto das mudanças na gestão no Governo Federal em 2010, não ocorreu o início do novo projeto como estava proposto, continuando uma grande parcela

de jovens e adultos camponeses com escolarização não concluída e desprestigiados pelos programas da SECADI/MEC para educação básica no campo.

Atendendo a jovens e adultos de comunidades rurais, o Programa Saberes da Terra em 2005 visou à escolarização de 5.000 educandos, distribuídos por doze estados de diferentes regiões do Brasil. Participaram desta edição os seguintes estados: Bahia, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Piauí, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Pará, Tocantins e Rondônia.

A partir da reformulação em 2008, o Programa projetou como **meta atender 275 mil jovens agricultores familiares até 2011**, sendo que tal meta foi escalonada da seguinte forma: atender em 2008 35 mil jovens; em 2009, 70 mil jovens; em 2010, 85 mil jovens; e em 2011, 85 mil jovens.

Ampliou-se também o número de estados participando do Programa a partir de então, passando para 21 os estados que aderiram ao programa, contemplando todas as regiões do país:

- Centro-Oeste: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
- Sudeste: Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais;
- Sul: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- Norte: Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins; e
- Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O estado de São Paulo não participa do Programa por conta da não-adesão do governo paulista. Já o estado do Rio Grande do Sul, que também não participava do Programa nas até 2009, apresentou projeto em 2010 e está em fase de diligência (MEC, 2010a).

Nesta versão foi instituído o **pagamento de auxílio financeiro aos educandos**. As bolsas destinadas aos educandos do programa a partir de 2008 eram pagas a cada dois meses, no valor de R\$100,00 (cem reais). O recebimento do auxílio financeiro está condicionado à frequência mínima de 75% de carga horária, compreendendo tanto o tempo escola quanto o tempo comunidade.

No que diz respeito às metas estipuladas, o número de jovens atendidos pelo Programa até o final do ano de 2010 não chegava a 80 mil, longe dos 275 mil jovens tomados como meta de atendimento até 2011. Segundo informações da SECADI/MEC até o final de 2010 haviam sido beneficiados mais 62 mil jovens e haveria aproximadamente 39 mil novas vagas pactuadas para início das atividades em 2011 (MEC, 2010a). Abaixo seguem dados sobre as turmas existentes em julho de 2011.

#### **Dados de Atendimento do ProJovem Campo – Saberes da Terra Turmas 2008/2009**

Estados atendidos	<b>19</b>
Municípios atendidos	<b>550</b>
Turmas ativas	<b>945</b>
Estudantes ativos em turmas ativas	<b>23.166</b>
Estudantes cadastrados aguardando início das atividades	<b>18.689 em 16 UF</b>
Evasão	<b>26%</b>

Fonte: SECADI/MEC (Dados de 15/07/2011)

#### **iv) Da Estratégia para Execução do ProJovem Campo Saberes da Terra**

Em meio às discussões que levaram a criação do Programa Saberes da Terra (2005), era assumida pela equipe da CGEC que o fortalecimento do movimento de educação do campo nos estados, com a constituição de redes de parceiros mobilizados e articulados por meio dos comitês ou fóruns de educação do campo, se colocava como a estratégia central para execução do programa.

Associada a esta perspectiva, buscou-se alcançar os objetivos declarados pelo Programa por meio do conjunto de três grandes ações: i) proposição de uma matriz pedagógica de referência para elaboração de propostas pelas secretarias municipais de educação, pautadas pelos princípios da alternância pedagógica e da educação do campo; ii) auxílio financeiro aos sistemas de ensino municipais de forma suplementar, com repasse de recursos para custeio, contratação de pessoal, formação continuada, produção de material pedagógico, etc; iii) estímulo à institucionalização de práticas de colaboração entre os órgãos governamentais dos estados, distrito federal, municípios, movimentos sociais do campo e universidades visando a construção de uma política em educação do campo.

Ainda atualmente a realização do programa tem sido proposta por meio: i) da instituição de um regime de colaboração com os governos de estados e municípios; ii) de repasse de recursos do governo federal para custeio, formação de professores e bolsas de auxílio estudantil; iii) da distribuição de cadernos pedagógicos com a proposta de percurso formativo e sugestão de atividades pedagógicas orientadas por eixos temáticos; iv) de organização de uma agenda de eventos de socialização de experiências, planejamento e avaliação (Seminários Nacionais); e v) da instituição de um sistema de monitoramento e acompanhamento nacional.

A rede de execução do programa deveria envolver diretamente: Secretarias de Estado de Educação, Secretarias Municipais de Educação, Instituições Públicas de Ensino Superior e Movimentos e Organizações Sociais do Campo.

As **Secretarias de Estado de Educação** aparecem como proponentes dos programas nos estados, cabendo a ela a administração dos recursos, instituição das ações de acompanhamento e monitoramento das ações e relação de colaboração com as **Secretarias Municipais de Educação**, estas responsáveis pela implementação das turmas, disponibilização do quadro docente (profissionais da própria rede ou contratados especificamente para o programa) e desenvolvimento da formação escolar dos educandos.

Os **Movimentos e Organizações Sociais do Campo** são assumidos oficialmente como "parceiros fundamentais para o êxito do programa", ao lado da UNDIME, CONSED e os comitês, fóruns e comissões estaduais de Educação do Campo existentes em cada estado (MEC, 2010a). Sugere-se ainda que os fóruns e comitês possam ser os espaços e sujeitos coletivos que decidam pelo projeto a ser proposto pelo estado ao programa, ou que os estados proponentes de projetos assumam o compromisso de instituir uma "Comissão Estadual de Educação do Campo" responsável por analisar e emitir parecer sobre projetos no âmbito estadual (MEC, 2010a).

As **Instituições Públicas de Ensino Superior** aparecem como responsáveis pela formação continuada dos professores que atuam no programa. Segundo registros do MEC, em torno de 30 instituições públicas de ensino superior atuaram ou estão atuando na formação continuada dos educadores e coordenadores de turmas do Programa, ofertando cursos nas modalidades especialização ou extensão (MEC, 2010a).

Em muitos estados, além das universidades, movimentos e secretarias de educação, outras organizações sociais e secretarias de governo também participam do processo de debate na construção dos projetos e colaboração na sua execução, como sindicatos de professores, comissões pastorais, secretarias municipais de agricultura, empresas governamentais de assistência técnica a agricultores, ONGs, instituições de pesquisa, etc.

## v) Dos Pressupostos Teórico-Methodológicos e Proposta de Percurso Pedagógico

Tendo sido inspirado nas iniciativas pedagógicas dos movimentos e organizações sociais do campo, o Programa pauta sua proposição e argumentação pedagógica por elementos teóricos-metodológicos originários de uma tradição pedagógica socialista, de base materialista histórica e crítico-dialética, assume a defesa da educação como prática social emancipatória, referendando-se nos pressupostos da educação popular freireana, e reconhece o homem como sujeito do conhecimento, este produzido na interação com o mundo social e tomado como instrumento de transformação da realidade, mundo.

A pesquisa e o trabalho são assumidos como princípios educativos do processo pedagógico, a partir dos quais se propõem metodologias que permitam o estudo, pesquisa e experimentação sobre a realidade como práticas mobilizadoras do processo de formação. A alternância pedagógica, pressuposto das propostas curriculares desenvolvidas pelos Centros de Formação por Pedagogia da Alternância, é assumida como elemento curricular central na proposta do Programa, sendo desenvolvidas atividades pedagógicas entre Tempo Escola e Tempo Comunidade, onde a organização do processo educativo pressupõe a combinação e a integração de períodos de formação na escola com a formação na família/comunidade, buscando a flexibilização da organização do trabalho pedagógico e articulando diferentes tempos, espaços e práticas educativas de acordo com a realidade, necessidades e possibilidades de educandos, educadores, família, comunidade e escola.

Em relação às práticas com Alternância Pedagógica, segundo dados da própria SECADI/MEC, dentre as diversas experiências do Programa desenvolvidas nos estados, observa-se a prevalência da organização das turmas em tempos formativos que equivalem a organização tradicional já existentes nas escolas rurais (4 horas diárias de atividades), sem que seja informada como tem ocorrido o desenvolvimento das atividades de Tempo Comunidade (que deveria comportar 30% da carga horária da formação). Além disto, quase um quarto das turmas realizam suas atividades apenas aos finais de semana, não havendo também informações sobre as atividades de Tempo Comunidade e do rendimento dessas turmas.

### Dados da Distribuição de Atividades segundo Tempos Formativos

**Tempo Escola:** 1.800 horas, presencial, acompanhado integralmente pelos educadores. Atividades: jornadas pedagógicas, estudos dirigidos, oficinas didáticas e preparação de projetos de pesquisa a serem desenvolvidos no Tempo Comunidade.

**Tempo Comunidade:** 600 horas, orientado e acompanhado parcialmente pelos educadores. Atividades: pesquisa, leitura, experiências práticas e partilha de saberes com a comunidade.

Regime	Carga horária (Tempo Escola)	Semanas/ano (Tempo Escola)	Carga horária total	Proporção de turmas
Período Integral	10h/dia; 5 dias/semana	18	2.400h	8%
Período Parcial	4h/dia + 1 dia integral/10h	30	(900h/ano de tempo escola + 300h/ano de tempo comunidade em	69%
Finais de Semana	20h/sábado e domingo	45	2 anos)	23%

Fonte: SECADI/MEC (2011)

A dimensão da formação com qualificação social e profissional no Programa se vincula ao arco ocupacional Produção Rural Familiar e às seguintes ocupações: sistemas de cultivo, sistemas de criação, extrativismo, agroindústria e aqüicultura. Para desenvolver a escolarização nesta perspectiva, em ambas as versões, apresenta-se como eixo articulador da formação a temática "Agricultura Familiar e Sustentabilidade", com cinco

subtemáticas como eixos sobre os quais se dariam o estudo e reflexões ao longo das atividades pedagógicas: a) Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; b) Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; c) Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas; d) Economia Solidária; e) Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque territorial.

De maneira geral tais eixos supõem o estudo sobre questões como: Quem são os camponeses? Qual sua história e cultura? Onde vivem? Como se relacionam com natureza e ente si? Como produzem sua existência? Quais os principais desafios relacionados as suas atividades produtivas? Como se organizam politicamente? Que direitos têm conquistado e o que lhes falta? Quais suas utopias, projetos e possibilidades de futuro?

Assim, tomando os eixos temáticos como apontamento do que deve ser estudado, evidencia-se um percurso formativo em que se propõem mobilizar educadores e educandos: i) à caracterização da realidade vivenciada pelo grupo de camponeses do qual fazem parte; ii) à problematização sobre os fatos que dizem respeito à historicidade da realidade e suas possibilidades; e iii) à proposição de ações que permitam vislumbrar estratégias de sustentabilidade para suas comunidades.

Os eixos propostos evidenciam assim uma afinidade com os pressupostos defendidos pela educação do campo com o objetivo de desenvolver uma formação escolar que possibilite acesso e uso social dos conhecimentos e instrumentos científicos de modo que os indivíduos se afirmem como sujeitos do conhecimento e possam, dessa forma, se reconhecer como sujeitos do campo numa perspectiva social, histórica e cultural.

Visando apresentar elementos de referência para enriquecer a formação de professores e alunos do Programa, foram elaborados e distribuídos materiais de apoio pedagógico, **Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo Saberes da Terra**, com 5 títulos para educandos e 7 para educadores, que trazem em seu bojo a proposta pedagógica e percurso educativo proposto a escolarização pelo Programa; textos referenciados nos eixos temáticos; e proposições de atividades para o Tempo Escola e Tempo Comunidade. Em torno de 640 mil exemplares já foram impressos e distribuídos pela SECAD/MEC até agosto de 2010 (MEC, 2010a). Os cadernos foram produzidos em parceria entre Universidade Federal do Pará e Universidade Federal de Pernambuco e os profissionais da CGEC/SECAD, a partir do levantamento, análise e síntese de experiências desenvolvidas pelas diferentes iniciativas pedagógicas realizadas pelos movimentos e organizações sociais do campo de todo o país.

## **II. DESTAQUES PARA ANÁLISE CRÍTICA**

Atualmente o Programa Projovem Campo enfrenta contradições que podem comprometer fortemente sua existência, continuidade e ampliação. Entre estas, muitos dos limites estão diretamente relacionadas ao processo da sua incorporação ao Projovem, que promoveu a massificação da oferta de forma burocrática, por via de decretos e sem a construção coletiva e escuta dos parceiros que vinham participando da versão 2005-2008. As conseqüências de tais contradições se manifestam no não alcance das metas; no endurecimento da burocracia governamental nos estados; fragilização do funcionamento e relação política interna nos comitês; na fragilização dos processos de formação de professores; e na desvirtuação dos princípios e identidade pedagógica originária do Programa. Entre os principais problemas do Programa, destaca-se:

**a) Desprestígio a importância político-pedagógica do ProJovem Campo - Saberes da Terra:**

Apesar de sua importância, seja por conta de sua origem nas iniciativas políticas e pedagógicas dos movimentos e organizações sociais do campo, seja pelo potencial de mobilização, articulação e integração de ações governamentais e não-governamentais, fundamental para construção de política pública em caráter democrático, infelizmente o que se observou por parte do MEC foi o desprivilegiamento orçamentário e político do Programa.

O MEC em nome do respeito àquilo que se constitui responsabilidade legal de cada esfera de governo na oferta de educação escolar, mesmo tendo o Programa Projovem Campo Saberes da Terra um instrumento do governo federal que visa mobilizar as secretarias de educação para o envolvimento com ações de educação do campo, optou-se formalmente pela execução do Programa realizado a partir de um "processo de livre adesão", primeiro por parte das secretarias de educação de cada estado e, segundo, das secretarias municipais de educação, o que comprometeu o alcance do Programa e limitou o acesso das comunidades do campo às oportunidades promovidas por ele, pois o desenvolvimento do Programa em cada estado ficou refém da boa vontade dos gestores em aderir ao mesmo. Desprezou-se assim o status de prioridade que o programa deveria ter num país em que ainda não foi universalizado o acesso ao direito à educação fundamental e básica de modo a garantir a escolarização dos indivíduos em idade adequada.

#### **b) Falta aos gestores dos estados e municípios conhecimento sobre educação do campo:**

O MEC reconhece que existe dificuldade de compreensão por parte das Coordenações do Projovem "a respeito dos programas e suas características diferenciadas para jovens e adultos", havendo a necessidade de "realizar formação sobre educação do campo com gestores estaduais e municipais" (MEC, 2010b), isto talvez ajudaria a superar os problemas com regime de trabalho e carga horária dos professores atuantes no Programa, que as vezes precisam trabalhar em outras escolas para cumprir a carga horária necessária para assegurar o salário em patamares iguais aos dos demais professores da rede local. Além disto, predomina a "ausência de uma cultura de planejamento das ações dos Programas em nível local", o que complica mais ainda gestão e funcionamento de um programa que promove uma proposta de ensino em si diferenciada das outras ofertadas pelos sistemas estaduais e municipais de educação.

#### **c) Falta de continuidade e não-ampliação da escolarização ofertada pelo programa:**

Não houve atendimento por parte da SECADI/MEC às reivindicações dos estados que pautaram a necessidade de continuidade da escolarização ofertada pelo programa com a criação de um versão projeto piloto que atendesse às turmas de ensino médio. Apesar disto a própria CGEC/SECADI/MEC reconhece a importância de iniciativas como existentes no Pará, que possibilitaram tal continuidade, atendendo os egressos da primeira versão do Programa (2005-2008) com turmas de ensino médio em Escolas Agrotécnicas Federais, instituições hoje integrantes IFETs.

#### **d) Determinação de faixa etária que reduz alcance do programa:**

Com a incorporação ao Projovem e a definição do perfil etário do público para faixa etária de 18 a 29 anos, diferente do Projeto Piloto, acabou-se restringindo o alcance do Projovem Campo, visto que há uma grande demanda acima e abaixo da nova faixa estipulada, que inclusive já vinha sendo atendidas pela versão original do programa, onde a idade do público atendido era a partir de 15 anos. Na época em que foi anunciada a incorporação ao Projovem, foi declarado pelos representantes da SECAD/MEC que um dos motivos para mudança de faixa etária se justificava pelo fato de que isto era



necessário para efetivar a integração do programa a política de juventude do Governo Federal, sendo que isto fortaleceria o próprio Programa Saberes da Terra, pois permitiria o pagamento de auxílio estudantil (bolsas), algo que não seria possível dada a faixa etária diferente de 18 aos 29 anos. A decisão foi alvo de críticas por parte dos representantes dos estados parceiros no desenvolvimento do Projeto Piloto, pois, mesmo considerando o aspecto positivo da bolsa e ampliação dos recursos disponíveis, tal alteração foi feita arbitrariamente a partir de uma decisão de governo, desconsiderando a experiência acumulada no próprio Programa em sua primeira versão.

No bojo deste processo acabaram por emergir graves contradições, como: a total extinção da possibilidade de ações em educação do campo no MEC atendendo jovens e adultos fora da faixa etária estipulada pelo novo Projovem Campo Saberes da Terra e o estreitamento da execução do programa às suas ações em si, não articuladas a outras ações do MEC (como o PROCAMPO) ou de outros ministérios (como o PRONERA). Isto deixou claro como para o MEC prevaleceu a lógica de programa de assistência social com dimensão sócio-educativa (mesmo que dito de maneira invertida, escolarização com pagamento de bolsas). Fato que, de certa forma, contribuiu para desvirtuar as perspectivas inicialmente construídas com a primeira versão do Programa Saberes da Terra no que tange o fortalecimento da construção da política pública em educação do campo passando pelo MEC.

#### **e) Frágil compreensão sobre o Arco Ocupacional:**

Nos documentos básicos que definem o Programa (Projeto Político Pedagógico, 2008, o Caderno Pedagógico Percurso Formativo, 2008), o arco ocupacional e a qualificação profissional são os pontos menos teorizados no que tange a integração curricular. Não está elaborada nos documentos a forma ou os meios pelos quais se desenvolve a formação considerando o arco ocupacional no contexto da integração dos conhecimentos curriculares da escolarização em nível fundamental. Esse aspecto ficou secundarizado em todas as versões do programa, mesmo tendo sido definido o trabalho como um dos princípios educativos centrais, ao lado da pesquisa, na relação com a metodologia da alternância (tempo-escola – tempo-comunidade) para a formação dos jovens.

Decorrente disto, muitas vezes são tomadas como objetos da formação atividades produtivas não previstas diretamente na proposição do arco ocupacional - como por exemplo o artesanato - e desenvolvidas menos na perspectiva do estudo, pesquisa e experimentação da atividade de uma maneira crítico-criativa e mais numa perspectiva reprodutivista, numa lógica de aprendizado para o empreendedorismo, de modo a "possibilitar conhecimentos de atividades que agreguem e melhorem a renda dos alunos". Por isso, em muitos estados, o SEBRAE tem sido um dos principais parceiros do programa.

#### **f) Fragmentação das Ações Governamentais para Educação:**

Ainda prevalece a fragmentação em programas, não se constata a integração das ações do MEC para educação do campo, em nenhum momento se afirma possibilidades de articulação entre formação de professores por área de conhecimento (PROCAMPO) e a escolarização ofertada no Programa Projovem Campo. Também em nenhum momento houve estímulo aos professores do campo para demandar e participar do PARFOR em turmas de segunda licenciatura sendo esta Licenciatura em Educação do Campo, ou mesmo orientação às universidades para se atentarem para esta demanda, o que poderia ajudar a fortalecer o processo de institucionalização da proposta pedagógica do Programa Projovem Campo nos municípios envolvidos na sua execução, ao contrário, o que se observa é uma desarticulação total entre ações de governo que compromete tanto a afirmação de uma política pública em educação como a própria continuidade dos programas em específico.

### **g) Fragilidades nos processos de formação dos professores:**

A partir de 2008 foi proposto pelo Programa que o processo de formação dos professores fosse realizado no formato de cursos de especialização para aqueles educadores que possuísem graduação, de modo a assegurar a elevação de escolaridade dos profissionais da educação do campo, assegurando a participação daqueles que não possuísem graduação, certificando-os com título de curso de aperfeiçoamento profissional, como no caso de parte dos técnicos agrícolas que atuam no programa. Entretanto não é o que tem ocorrido de fato, muitas universidades têm ofertada apenas a formação continuada como curso de extensão (aperfeiçoamento), muitas vezes devido a pouca permeabilidade das ações de educação do campo nas instituições, dado ao conservadorismo, restrições políticas e/ou ao excesso de burocracias que impedem a constituição e aprovações dos cursos de especialização.

Além disto, em alguns estados os professores em formação avaliam que os cursos ofertados pelas universidades pouco conseguem ajudá-los a compreender a proposta pedagógica do programa, em especial a questão da integração interdisciplinar entre os saberes de áreas do conhecimento com os saberes dos educandos e dados da realidade, frustrando as expectativas dos professores em formação.

“Essas expectativas podem ser categorizadas, em três tipos principais. A primeira de ordem mais geral que se refere à concepção teórico-metodológica do Programa, ou seja, compreender seus princípios, seus elementos estruturadores. A segunda de ordem didático-pedagógica, ou seja, como trabalhar os conceitos e conteúdos de forma coerente com os contextos em que eles, os professores, irão atuar. A terceira, que tem relação mais direta com a primeira, refere-se ao trabalho com os conteúdos específicos das áreas de conhecimento. Esta última categoria pode inclusive ser observada nos momentos informais da formação, como nos intervalos onde se ouvia de alguns professores que em algumas salas tal expectativa ainda não tinha sido atendida.”

Em alguns casos, as universidades se ressentem da falta de professores em seus quadros com experiências na educação do campo e educação popular, e isso se agrava quando, por conta da demora no repasse dos recursos ou de definições burocráticas nas universidades, ocorre um descompasso entre o processo de escolarização das turmas e a formação dos professores, esta última sendo realizada quando já decorrida boa parte da escolarização das turmas, situação em que os professores declaram ter realizado suas ações sem devido conhecimento da proposta e concepções pedagógicas do programa. As fragilidades na formação dos professores impactam diretamente sobre a escolarização ofertada pelo programa aos jovens e adultos nas comunidades camponesas.

### **h) Distanciamento dos pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam o Programa:**

Em relação a este fato o MEC assume que existe uma “ausência de monitoramento do grau de compreensão da metodologia dos programas por parte dos educadores, que inclui dimensões da alternância e da pesquisa”, mas aponta que a “formação continuada não é realizada a partir da perspectiva do currículo integrado” e que é preciso aprofundar a discussão do projeto pedagógico, do currículo integrado e da pesquisa como prática educativa”, assim como “garantir número de horas suficiente para realização de planejamento e currículo integrados” (MEC, 2010b).

Para os professores que atuam no programa, “pensar e agir didático e pedagogicamente” a partir daquilo que está proposto pelo percurso formativo do programa tem causado “uma série de conflitos, em razão de sua formação docente inicial ser compartimentada, o que dificulta raciocinar os conteúdos escolares na perspectiva de integração de saberes” (SANTOS, 2010) . Assim, em decorrência das lacunas da formação inicial e das

fragilidades que ocorrem na formação continuada, observam-se contradições significativas entre aquilo que está na proposta pedagógica e o que ocorre nas salas de aula das turmas que compõem o programa.

Como destaca o próprio MEC (2010b), no processo de escolarização tem ocorrido tempos de alternância sem definição e sem planejamento devido para que se promovam as atividades de Tempo Comunidade. Em muitos casos as atividades de escolarização do Tempo Escola continuam sendo realizadas no período noturno, com 4h/aulas diárias, como na EJA tradicional. Em outros casos, as atividades de Tempo Escola ocorrem apenas aos sábados e domingos, durante o dia todo. Outras experiências não têm desenvolvido pesquisas sobre a realidade no Tempo Comunidade, direcionando as atividades de pesquisa para o contexto da escola, ora por meio de pesquisa com recursos de biblioteca disponíveis, ora por meio de levantamento de dados relatados pelos próprios alunos. Ocorre que em muitos destes casos a escolarização não promove o estudo, pesquisa e experimentação sobre a realidade sócio-cultural, econômica e ambiental da produção agrícola familiar, o que coloca em xeque a proposta de formação com qualificação social e profissional que objetiva o Programa.

### **III. ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSIÇÕES**

Os destaques apresentados acima descrevem um cenário de contradições que

se agrava quando constatado que em muitos estados Comitês Estaduais de Educação do Campo, propostos como espaço-instrumento de gestão coletiva do programa, ainda não foram criados-implementados e/ou funcionam precariamente (MEC, 2010b).

Obviamente o conjunto desses problemas não constitui a situação atual do Programa como algo inexorável ou como uma ação de educação do campo fada ao fracasso. O que se constata em relação a isto é que as possibilidades de êxito e consolidação das ações do programa tem ocorrido principalmente onde os fóruns e/ou comitês têm conseguido ampliar e pluralizar sua composição política, funcionando efetivamente e de forma plenamente democrática, se constituindo como espaço de interlocução e proposição coletiva, aproximando as secretarias de educação (proponentes), IESs e movimentos e organizações sociais.

O sucesso do programa também está diretamente ligada a capacidade que os governos e secretarias de estado de educação têm desburocratizar e não centralizar autoritariamente sua gestão. Nestes contextos o programa tende a contar com maior participação das organizações sociais do campo, fato que influencia diretamente sobre a identidade e qualidade dos resultados das ações do programa em cada estado, em especial na relação de coerência das ações com os princípios político-pedagógicos que estão na matriz que funda o projeto base do programa e que faz deste um importante instrumento de mobilização, articulação e fortalecimento da construção da política pública de educação do campo no país.

Não pode ser desconsiderado também que, se por um lado a postura das instituições governamentais, secretarias de educação e universidades são às vezes determinantes no que diz respeito ao funcionamento efetivo e plenamente democrático dos comitês, pois muitas vezes são elas que asseguram a logística e ocupam-se da gestão dos comitês, por outro, muitas das vezes a presença e participação mais incisiva dos movimentos sociais do campo fica comprometida por conta do excesso de outras demandas sociais de suas bases, falta de recursos financeiros para deslocamentos e, até mesmo, falta de pessoas disponíveis em seus quadros para atuar nos comitês, o que, de maneira geral, colabora para o comprometimento das ações do comitê e, assim, para comprometimento da qualidade do programa.

Segundo registros do MEC, a “mobilização dos movimentos sociais não se mantém após a implementação das turmas” (MEC, 2010b). É se questionar os motivos deste fato, algo que o conjunto dos atores do movimento nacional de educação do campo precisa tomar a reflexão e debate, tendo em vista a busca de formas para assegurar o funcionamento dos fóruns e comitês com a plena participação dos movimentos e organizações sociais do campo.

Destaque-se neste aspecto que, assim como a criação da Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), o Programa Saberes da Terra se origina das reivindicações provindas das lutas realizadas pelos movimentos e organizações sociais do campo, articulados no Movimento Nacional por uma Educação do Campo e envolvidos com iniciativas políticas e pedagógicas que visam garantir às populações do campo o direito a escolarização por meio de currículos que considerem a cultura e demandas camponesas e a melhoria da qualidade de vida dessa população.

A esse respeito, ainda que reconhecidas as prerrogativas legais sobre as responsabilidades das esferas de governo na oferta da educação escolar, o que se observa é que o MEC ao instituir o processo de livre adesão ao programa, flexibilizando sua autoridade política, perde a oportunidade mobilizar efetivamente as secretarias de governo ao cumprimento de suas responsabilidades legais no que tange ao direito dos povos do campo à educação e a ofertas de uma outra forma do ensino no campo, conforme determinado pela LDBEN 9394/96, que no seu Artigo 28 prevê que na oferta de escolarização as populações camponesas deve ser considerada a adaptação e adequação necessária e as peculiaridades da dinâmica do campo, tanto no aspecto organizacional, como também de propostas metodológicas e curriculares.

Observada tais prerrogativas legais, considera-se que programas como o Projovem Campo deveriam ser instituídos por “adesão obrigatória”, pois, desta forma, o MEC instituiria uma importante ação de política educacional junto a estados e municípios cujas experiências poderiam contribuir para consolidar o desenvolvimento do sistema de ensino nacional como previsto legalmente. Enquanto programas como este não forem levadas a cabo de uma outra forma, visando a afirmação da política pública em educação realmente, os estados e municípios continuarão omitindo-se de suas responsabilidades, a LDBEN 9394/96 continuará não sendo cumprida e, o mais grave, os povos do campo continuarão sendo excluídos de seus direitos à escolarização de qualidade.

Por isso merece ser observada e dada a real importância histórica e política ao Programa, por um lado, devido a sua busca em responder as tais reivindicações se inspirando nas iniciativas pedagógicas dos movimentos e organizações sociais camponesas para elaborar sua proposta pedagógica; por outro, por instituir processos que colocam as ações governamentais para educação em coerência com as leis e diretrizes educacionais para educação básica do país, assim como pelas possibilidades geradas pela articulação da educação com a política de juventude em construção.

Considerando este último aspecto, o programa merece destaque por estar inserido num contexto em que “é recente a inclusão da juventude na agenda da política educacional brasileira” e que, principalmente, “a juventude camponesa esteve historicamente invisível para o poder público” (FREIRE, 2010). Para além de uma importante ação de inclusão social e garantia de acesso ao direito a escolarização, o programa é projetado em uma direção em que a política de atendimento ao direito de um segmento social, a juventude, é pautada em perspectiva mais ampla, articulada ao fortalecimento dos grupos sociais e culturais ao qual este segmento faz parte, no caso os agricultores familiares, ao mesmo tempo em atende também esse segmento em sua diversidade, juventude quilombola, indígena, ribeirinha, etc (vide as experiências de PE, MS, PI, etc).

A juventude agora sendo assumida pelo Estado como demandatária de política pública numa perspectiva em que ela não é tomada isoladamente como sujeito de um direito, mas como membro de uma sociedade a qual a política pública também atende em seu efeito ao atender o direito da juventude (escolarização com qualificação social e

profissional por meio de propostas curriculares contextualizadas e voltadas ao estudo da realidade e possibilidades de sustentabilidade de comunidades camponesas).

“Com a elevação da escolarização e qualificação profissional em base a um currículo que privilegia a questão da sustentabilidade do processo produtivo e a conservação da natureza, o Programa pode permitir um suporte importante para atingir essa meta/objetivo/necessidade do mundo contemporâneo (...). A qualificação profissional da juventude do campo significa que essa política pode influenciar e melhorar o nível de vida socioeconômico das famílias camponesas. O êxito do desenvolvimento na perspectiva de campo sustentável dependerá, em ampla medida, do apoio aos jovens camponeses numa perspectiva de fomento de políticas intersetoriais e que promovam sua participação política, particularmente no caso do meio rural, onde predomina a juventude diretamente envolvida com os ecossistemas e agroecossistemas mais frágeis e complexos e que requerem sistemas produtivos com alto grau de compatibilidades e sinergias ecológicas, sociais, econômicas, políticas, culturais e tecnológicas.” (FREIRE, 2010, p. 157-158)

Entretanto, para que isso se concretize, coloca-se como imprescindível a **garantia da ampliação e continuidade da escolarização ofertada** através Programa Projovem Campo Saberes da Terra, **assegurando assim a oferta do ensino médio aos egressos do ensino fundamental do próprio programa.**

Além disto, é preciso que o programa nos municípios (“lá na ponta onde ocorre a execução”) também não se constitua como ação isolada, como escolarização por si. O fortalecimento e sustentabilidade da agricultura familiar e a afirmação da juventude como sujeito estratégico deste processo exige que as políticas públicas sejam “transversalizadas pela necessária intersetorialidade”, isso feito em todas as esferas de governo, na perspectiva de superação da tradição burocrática, fragmentária e de descontinuidade que marca a formulação/decisão e implementação das políticas no Brasil (FREIRE, 2010).

É preciso que a política de educação para a juventude do campo esteja articulada aos demais elementos da política de reforma agrária (acesso a terra, ao crédito, a tecnologia, assistência técnica, etc), porém é preciso responsabilizar e cobrar dos governos de estados e municípios agendas, ações e recursos comprometidos com essa construção, de modo a superar a existência de uma política e sistema de educação fragmentado e realmente resultar em ações articuladas com impactos sobre a qualidade de vida da sociedade, sendo o que se espera de uma política pública.

Assim, num país com uma população de 10 milhões de jovens, em que apenas 86% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados na escola, concentrando-se a maioria no ensino fundamental (OLIVEIRA, 2010), também é preciso ressaltar que é inaceitável que continue prevalecendo à determinação que altera a faixa etária do Programa Projovem Campo Saberes da Terra, restringindo-a 18 a 29 anos. Tal determinação desconsidera as reais demandas educacionais das populações camponesas e se contrapõe as ações voltadas a universalização do direito a escola e até nova faixa etária de obrigatoriedade da educação básica estabelecida legalmente (Emenda Constitucional 59, de 11/11/2009).

Diante desta realidade e, principalmente, considerando as próprias reivindicações feitas anteriormente pelas organizações que colaboraram na realização da versão piloto do programa, faz-se necessário e urgente retomar a flexibilidade da faixa etária do público atendido pelo programa conforme a demanda e prioridades reais das comunidades camponesas onde ele é executado.

Assumindo a perspectiva da oferta de ensino médio por meio da formação técnico profissional ganha novos contornos a **necessidade de uma urgente revisão dos Arcos Ocupacionais** do programa, tanto no que tange a sua conceituação, como no que diz respeito as ocupações previstas, visto que as experiências acumuladas ao longo deste

anos de desenvolvimento do programa demonstram, como afirmado anteriormente, frágil compreensão por parte de educadores e educandos e baixíssima execução conforme o proposto percurso formativo. É preciso que sejam discutidas as ocupações reais desenvolvidas pelas populações camponesas de todo o país e que essas possam ser contempladas na proposição de arco ocupacional do programa de modo a permitir uma escolarização contextualizada e que realmente possa contribuir com a sustentabilidade das comunidades em que as turmas estão inseridas.

E neste bojo, e ao trilhar o rumo da escolarização com qualificação profissional, as ações do programa deveriam estar articuladas tanto à política de formação de professores desenvolvida pelo MEC, com o PARFOR, e pela própria CGEC/SECADI, com as Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMP0), como também articuladas e integradas com as demais políticas para juventude e reforma agrária, como Pronaf Jovem e ATEs.

Mesmo com todas as contradições, há que se reconhecer que o Programa Projovem Campo Saberes da Terra surgiu como um avanço no plano das concepções de educação do campo e de metodologia de educação de adultos no Brasil no âmbito governamental, criando perspectivas para além daquilo que foi inaugurado com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, e como este tendo sido constituído num processo de mobilização e protagonismos de organizações e movimentos sociais do campo em interlocução ativa junto ao Estado, sendo expressivo de possibilidades políticas e pedagógicas diferenciadas porque se faz como uma ação de educação popular inspiradas nas idéias de Paulo Freire.

“As exigências apontadas pela discussão do Projovem Campo-Saberes da Terra colocam na “ordem do dia” o desafio de estruturar o currículo partindo e voltando do/ao contexto em que efetivam as práticas dos sujeitos, isto é, articulando a educação escolar com as atividades de organização cultural, política e econômico-produtiva das comunidades.” (MEDEIROS & ESTUMANO, 2009, p. 10)

Esses avanços se expressam também na formação dos educadores, mesmo com as fragilidades constatadas, pois, dentre tantas coisas, inauguram um momento pautado pela valorização docente com elevação de escolaridade (profissionalização) e pela tomada de suas práticas curriculares e da realidade em que elas ocorrem (a escola e a comunidade) como objeto de estudo nos momentos de formação continuada, estimulando um exercício de práxis pedagógico-acadêmica que os provoca cada um a refletir sobre sua identidade docente e sobre a condição de sujeitos de direitos daqueles que vivem no campo, o que influencia a partir de então na qualidade do processo de escolarização do qual os docentes são os principais protagonistas.

“O desconhecimento das bases do direito à educação do campo por parte das populações do campo e de muitos educadores perpassa inclusive pelo desconhecimento da legislação que regulamenta esta especificidade educacional, o que tornam inseguras as possibilidades de ação criativa de muitos educadores, atemorizados em sofrer punições da parte dos sistemas educacionais. Quando passam a conhecer as bases de direito e a legislação sentem-se amparados e passam a desenvolver o desejo de fazer diferente, como é o caso relatado por uma professora quando expressa a compreensão que passou a ter de sua condição de professora no campo afirmando *‘antes eu fazia as coisas pelas crianças, agora compreendi que faço também por mim, que pertença a esse lugar’*.” (ZOIA, 2010, p. 11)

Em algumas experiências a alteração na formação continuada, que passou a privilegiar uma dimensão mais acadêmica, tem ajudado a criar possibilidades de análise e avaliação das práticas pedagógicas desenvolvidas no programa, como no processo de formação coordenado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde se propõem aos educadores do Programa que produzam relato de suas práticas como educador e educadora, gestor

ou técnico, em que na produção do trabalho final do curso se propõem aos professores que o

(...) conteúdo do artigo é sua experiência prática e teórica, onde descrevam e analisem a metodologia do ProJovem Campo - Saberes da Terra. Como foi participar do programa? A minha vivência como educador e educadora de linguagens e códigos, ciências humanas, ciências da natureza e matemática e educador agrário. Apontando pontos negativos e positivos. (UFC, 2011)

Apesar das contradições que envolvem a integração do antigo Programa Saberes da Terra ao Projovem, certamente realizada em conseqüência do sucesso alcançado pela versão piloto executada no período de 2005-2008 e como uma tentativa de fortalecer o Projovem, aspectos como a ampliação de metas e redesenho da formação continuada dos educadores (com propostas de especialização) refletem inegavelmente um reconhecimento político institucional da educação do campo que extrapola o âmbito do MEC e MDA (PRONERA) e que fortalece e legitima os processos pedagógicos desenvolvidos pelo atores sociais que compõem o movimento nacional de educação do campo em todo o país.

Desta forma, se realizada as devidas reformulações para superar os limites dados pela incorporação ao Projovem, o Programa Projovem Campo Saberes da Terra possui ainda um grande potencial no que diz respeito a possibilidade de ampliar o alcance das ações de educação do campo à populações camponesas não-beneficiárias da política de reforma agrária e influenciar em transformações sociais no campo desde a educação escolar, influenciando inicialmente na reestruturação curricular das escolas rurais a partir do regime de colaboração que ele institui e que mobiliza os entes federados (estados e municípios), articulando a parceria com as universidades e os movimentos e organizações sociais do campo.

Entretanto, para se assegurar este processo é preciso constituir espaços e instrumentos de avaliação do Programa, envolvendo inclusive os protagonistas das iniciativas inspiradoras da proposta pedagógica do Programa, para poder refletir como este tem sido desenvolvido sem perder ou desvirtuar os princípios filosóficos e pedagógicos que o originalmente lhe dão identidade como um programa de educação do campo.

Sendo que a avaliação deste, como de outros, programas deve observar aspectos teóricos (princípios, conteúdos, finalidades) e aspectos formais (financiamento, execução, monitoramento, certificação), em sua relação com reais impactos na realidade cotidiana dos jovens agricultores familiares, em sua vida cotidiana da população local e no mundo do trabalho. Focando desta forma o significado sociopolítico e qualidade da ação estatal e evitando-se os equívocos das avaliações quantitativas que levam a iguais equívocos como declarações sobre o não alcance dos objetivos dado pelo não cumprimento das metas, ou mesmo a mudança de faixa etária a cada versão do programa, desconsiderando as experiências dos estados e seus reais resultados.

Entre os aspectos que merecem ser tomados a reflexão está, por exemplo, o perfil do público atendido, em alguns estados, muitos dos jovens atendidos são também assalariados rurais, empregados do comércio ou, até mesmo, do agronegócio (atuando em plantações de eucalipto, fazendas de pecuária, café, cana, etc).

No contexto de turmas formadas por alunos assalariados rurais, os professores destacaram a dificuldade de desenvolver a formação em acordo com percurso formativo proposto pelo programa e considerando o arco ocupacional, visto que muitos alunos não estavam atuando na agricultura e nem a família possuía terras, sendo moradores de vilas rurais.

Se por um lado, aparentemente tal situação constitui um desvio de função do Programa, por outro, expressa significativamente a necessidade de se repensar a categoria

juventude rural assumida pelos programas governamentais, tendo impacto, inevitavelmente, sobre os conteúdos e formas que envolvem o desenvolvimento de tais programas.

Num processo de avaliação do Programa e de maneira geral de avaliação das ações de educação do campo, seja sob a forma de ação governamental, seja como ação dos movimentos e organizações sociais do campo, é preciso que se questione: Qual o real perfil dos jovens do campo? Como tem se dado sua inserção no mundo do trabalho? Quantos daqueles que demandam por escolarização ainda atuam na agricultura? Como a educação do campo se relaciona com a demanda de formação de jovens do campo que não atuam na agricultura? Quais são realmente as demandas educativas e de qualificação profissional dos povos do campo?

Para realização desta avaliação é fundamental que o MEC, por meio de contratação de instituições de pesquisa independentes, encaminhe a realização de estudos mais detalhados sobre o desenvolvimento do Programa Projovem Campo Saberes da Terra ao longo desses seus 5 anos de existência, buscando focar que condições e que variáveis permitiram a execução do programa com mais êxitos, observando nacionalmente as experiências exitosas para avaliar a qualidade e possibilidades criadas pelo programa, tendo em vista analisar as falhas ocorridas e as formas inventadas pelos atores envolvidos para superá-las, assim como apontar novos caminhos a seguir.

Por fim, o Fórum Nacional de Educação do Campo / FONEC reconhece como legítimos e reafirma a defesa dos princípios e pressupostos teórico-metodológicos assumidos como elementos fundantes da proposta pedagógica do Projovem Campo Saberes da Terra, assim reconhecendo-o e defendendo-o como um legítimo programa de Educação do Campo, nascido das demandas e proposições populares, o que o coloca como importante lugar de possibilidades para construção de uma política pública realmente democrática e transformadora da realidade educacional e social em nosso país, por isto espera-se o compromisso e ação do MEC e Governo Federal tendo em vista a reformulação e ampliação do programa considerando os aspectos apresentados pela crítica propositiva feita pelo conjunto das organizações e movimentos sociais do campo representadas neste fórum.

## **Referências Bibliográficas**

CAVALCANTI, Glória Maria Duarte & NASCIMENTO, Luciano Cavalcanti do. **Formação continuada de professores de Ciências da Natureza e Matemática: a experiência das jornadas pedagógicas do Programa Projovem campo – Saberes da Terra em Pernambuco.** Brasília: UNB, Anais do III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, 2010.

MEC, Ministério da Educação. **Relatório dos Programas da Coordenação Geral de Educação do Campo CGEC/2010.** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/ MEC). Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), 2010a.

MEC, Ministério da Educação. **Relatório Final de Gestão da Coordenação-Geral de Educação Do Campo/2010.** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/ MEC). Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), 2010b.

MEDEIROS, Evandro & ESTUMANO, Evanildo. **Projovem Campo- Saberes da Terra: EJA com Iniciação Profissional.** Belém/Marabá: UFPA, impresso, 2009.



OLIVEIRA, Dalila Andrade. **O ensino médio diante da obrigatoriedade ampliada: que lições podemos tirar de experiências observadas?** IN: INEP. Revista Brasileira de estudos Pedagógicos. v. 91, n. 228. Brasília: INEP, p. 269-290, maio/ago. 2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária.** Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República. Coordenação Nacional do ProJovem, Março de 2005.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008.** Brasília: Casa Civil, 2008.

SANTOS, Erton Kleiton Cabral dos & BARROS, Ana Maria da. **Formação de professores das ciências humanas para o programa projovem campo saberes da terra no estado de pernambuco/brasil: desafios e perspectivas.** Brasília: UNB, Anais do III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, 2010.

UFC, Universidade Federal do Ceará. **Comunicado da Coordenação Pedagógica Projovem.** Fortaleza: UFC, 29 de Julho de 2011.

ZOIA, Alceu Zoia et all. **Ciranda de Saberes do Campo: reflexões a respeito do processo de formação continuada dos educadores do campo na região norte do estado de Mato Grosso.** Brasília: UNB, Anais do III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, 2010.

---

**Nota Técnica elaborada por Evandro Costa de Medeiros (Professor da Faculdade de Educação, Campus de Marabá – UFPA). Membro do FÓRUM PARAENSE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

**Marabá-Pa, março de 2012.**